



NOTA DE IMPRENSA Ordem dos Economistas

Colégio de Especialidade de Gestão das Insolvências e Recuperação de Empresas realizou encontro para discutir a situação das insolvências em Portugal

Desde a crise económica que se instalou em 2012, a economia portuguesa tem tido um crescimento anémico. Após uma pandemia e com variações recorde na taxa de inflação e nos juros prevê-se que as dificuldades das empresas se revelem sob a forma de saneamento da economia com novos processos de recuperação e de insolvência. Neste cenário decorreu no dia 3 de março de 2023, no ISEG - Lisbon School of Economics & Management, o primeiro encontro do **Colégio de Especialidade de Gestão das Insolvências e Recuperação de Empresas da Ordem dos Economistas**.

O programa composto por quatro painéis explorou desde o papel saneador da insolvência no crescimento económico até ao papel do administrador judicial neste processo, passando pelo financiamento das empresas em dificuldades e pelos aspetos críticos da recuperação. No primeiro painel, moderado por Jorge Calvete, foi discutido o impacto da insolvência no desenvolvimento económico e contou com **Pedro Reis** (Conselho da Diáspora Portuguesa) e **Nuno Líbano Monteiro** (PLMJ) como oradores. Pedro Reis destacou o peso da exposição do Estado por via das garantias bancárias concedidas durante a pandemia do covid-19, bem como a falha na concretização de diversos desafios ao longo do tempo como responsável pela situação de estagnação da economia Portuguesa, e, que 2023 será o ano em que irá surgir evidência da falta de tomada de decisão pelos diversos governos. Nuno Líbano Monteiro enquadrou o impacto da evolução do Direito Falimentar Português na recuperação de empresas nas últimas décadas e destacou a importância do Administrador Judicial no sucesso do saneamento da economia referindo que “os instrumentos de recuperação de empresas devem ter uma influência muito vincada na inversão de um ciclo económico” e que, quando as empresas são economicamente viáveis, o Estado deveria ter uma participação muito mais ativa na recuperação, por exemplo, permitindo *haircuts* na dívida, dar privilégio no autofinanciamento, proporcionar uma maior flexibilização dos planos de pagamentos, e permitir-se a remover o rótulo de “mau pagador”.

No segundo painel, moderado por Carla Santos, **Inês Dourado** (KPMG) e **João Diogo Pinto** (Deloitte) discutiram os fatores críticos no processo de recuperação e reestruturação de empresas. Inês Dourado destacou a necessidade das empresas Portuguesas alterarem o seu *mindset* e agilidade na execução porque o investimento

estrangeiro como meio de recuperação de empresas existe e é cada vez mais. João Diogo Pinto relevou a necessidade da reestruturação por via operacional e não só pela alteração da estrutura financeira.

Da parte de tarde, o terceiro painel, moderado por Miguel Torres, contou com a presença de **Nuno Martins** (CGD) e **Paulo Barradas** (Restart). Nuno Garcia partilhou os resultados da CGD relativos a 2022, nomeadamente, em termos de venda de carteiras e sobretudo das curas e recuperações de créditos que atingiram os 380M, sendo que venda de novo crédito atingiu 60M. Considerando absolutamente crítico o timing da negociação do crédito quer para o cliente quer para o banco, destacou a qualidade da informação que chega ao credor e a necessidade de haver documentos de trabalho, incluindo planos de negócios, bem estruturado e com informação credível e transparente sobretudo. Além da necessidade de se pensar se os agentes que estiveram envolvidos pré-dificuldade deveriam ser os mesmos durante e após a reestruturação. “Não temos meio de justificar junto do regulador que algo poderá vir a ser diferente quando não há credibilidade na informação e uma mudança clara na composição de quem dirige” - referiu Nuno Garcia. Paulo Barradas explorou a perceção de risco onde destacou a necessidade de o investidor controlar a gestão e o capital. O grande problema dos investidores em colocarem *new money* nas empresas prende-se com o facto poderem chegar já numa fase da “espiral” (negativa) em que já perdem o fio condutor com o mercado.

No último painel, o Presidente do colégio, Luís Cachudo Nunes juntou dois Administradores Judiciais, Domingos Miranda e Ângelo Dias para debaterem o papel destes profissionais no processo de insolvência e na recuperação de empresas. **Domingos Miranda** explorou os “objetivos claros e os resultados incertos” quando se vai para um processo de recuperação, o qual tem sempre de ser decidido num curto prazo e que vai resolver problemas essencialmente de falta de liquidez. **Ângelo Dias** realizou uma análise prática à situação atual onde considerou que “neste momento temos os astros perfeitamente alinhados, os processos (de insolvência) vão disparar”. Inflação, uma crise energética, um conflito geopolítico, aumentos salariais, 27% das empresas têm capitais próprios negativos, incumprimento reiterado do artigo 35 do código das sociedades comerciais apresentando resultados líquidos negativos durante vários anos podem fazer aquilo que a pandemia não fez.

A insolvência pode ter um impacto devastador nas empresas e indivíduos e deve ser evitada a todo o custo. A reestruturação pode ser uma ferramenta útil e pode proporcionar um novo começo se for iniciada a tempo. No entanto, a reestruturação nem sempre é a melhor resposta e outras soluções podem ser mais adequadas para determinadas circunstâncias. É importante que as empresas e os indivíduos procurem aconselhamento profissional ao considerar suas opções, a fim de garantir que o melhor resultado seja alcançado em benefício de uma “economia mais saudável”.

Este primeiro encontro do **Colégio de Especialidade de Gestão das Insolvências e Recuperação de Empresas da Ordem dos Economistas**, terminou com uma intervenção do Bastonário da Ordem dos Economistas, Prof. Doutor António Mendonça, que saudou a realização da iniciativa como um exemplo do papel que os

Colégios de Especialidade devem desempenhar em termos de mobilização das suas competências específicas em benefício da qualidade do serviço prestado aos utilizadores finais e da salvaguarda do interesse público.

O Bastonário salientou ainda a importância de continuar a acompanhar os processos de recuperação de empresas e de gestão de insolvências, particularmente no contexto de desaceleração económica que se projeta para 2023, tema que deverá ter continuidade e expressão no Congresso Nacional dos Economistas que terá lugar em 25 e 26 de outubro deste ano, culminando o ciclo de Comemorações do 25º aniversário da criação da Ordem dos Economistas.

Sónia Nascimento | T: 213 929 472 | Email: sonia.nascimento@ordemeconomistas.pt